

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

CNPJ/MF nº 10.656.452/0001-80

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais (DFs) da Votorantim Cimentos N/NE S.A. (VCNNE ou Companhia), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

1. Cenário macroeconômico – A economia brasileira, assim como a econômica global, teve um ano de reestruturação econômica dado os impactos e restrições gerados no ano de 2020 devido à pandemia da Covid-19. Como resultado desse aprendizado no novo modelo de agir e em novas formas de estimular a economia após os primeiros surtos do vírus, a atividade econômica brasileira cresceu 4,6% em 2021, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O mercado de cimento brasileiro terminou o ano de 2021 com o total de 64,7 milhões de toneladas de cimento vendidas e um crescimento de 6,6% comparado ao ano anterior, retornando aos níveis de venda de dezembro de 2015, de acordo com o Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC). O principal motivo para o crescimento da atividade foi a continuidade das construções e reformas por meio da autoconstrução, das obras no setor imobiliário e do retorno dos projetos de infraestrutura. Houve uma evolução positiva nos primeiros meses de 2021, mas no segundo semestre a taxa de crescimento diminuiu e estabilizou, conforme já esperado, dada a reabertura da economia e, portanto, o redirecionamento da renda da população para outras despesas, reduzindo assim a alocação em construções e reformas. Durante o ano, também ocorreu o aumento sistêmico no custo de produção, com aumento de preços em matéria-prima e *commodities* em geral. O setor de construção começou 2022 com um cenário desafiador. A temporada de chuvas foi intensa, principalmente no Sudeste do país, impactando o volume de vendas do primeiro mês de 2022, de acordo com o SNIC. A projeção para 2022 é de estabilidade entre 0% e 0,5%, de acordo com a associação brasileira, devido ao cenário econômico não favorável em um horizonte de alta inflação e aumento da taxa básica de juros impactando o crescimento do país, juntamente com o cenário político instável com eleições presidenciais no segundo semestre.

2. Resultados – A receita líquida totalizou R\$ 2,6 bilhões em 2021, um aumento de 19% em relação a 2020, explicado principalmente pela forte dinâmica de mercado, com aumento de volume de vendas e crescimento de duplo dígito no preço, mesmo com uma forte base de comparação. O CPV aumentou 15% em relação a 2020, atingindo R\$ 1,9 bilhão, na sua maior parte explicado pelo aumento de volume na região, gerando

um maior gasto em matéria-prima, energia e manutenção. Além do custo decorrente da alta demanda, a alta pressão dos custos, devido ao desequilíbrio de suprimento no mercado em decorrência da pandemia de 2020, impactou a operação inflacionando preços de matéria-prima, combustível e energia. As despesas com vendas e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 160 milhões, estável frente às registradas em 2020. Com isso, o lucro operacional atingiu R\$ 554 milhões, um aumento de 32% comparado ao resultado de R\$ 421 milhões em 2020. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 385 milhões, aumento de 62% em comparação com o lucro líquido de R\$ 238 milhões em 2020.

3. Liquidez e endividamento – No final do ano de 2021, o montante de dívida bruta foi de R\$ 721 milhões, 45% menor em relação ao final de 2020, principalmente devido às maiores liquidações de dívida ao longo do período e um impacto menor de variação cambial. Durante o primeiro trimestre de 2021, alinhado com as estratégias de refinanciamento da VCSCA, a VCSCA emitiu a sua 12ª debênture no montante de R\$ 450 milhões, com custo anual de CDI+1,45%, com maturidade para fevereiro de 2026. O montante dessa nova captação da VCSCA foi usado para pré-pagar totalmente a 1ª debênture emitida pela VCNNE, a qual tinha maturidade para 2023. A VCSCA e a Companhia emitiram um novo Certificado de Recebíveis Imobiliário ("CRI") por meio da RB Capital Companhia de Securitização, no montante de R\$ 264 milhões e R\$ 136 milhões, respectivamente. A operação tem 12 anos de maturidade e um custo anual de IPCA+4,47%. A transação também inclui um contrato de *swap* e visa tanto a troca de exposição à taxa flutuante IPCA+ para taxa flutuante CDI+, resultando em um custo anual de CDI+1,33%. Em outubro de 2021, a VCNNE efetuou a amortização antecipada de um de seus contratos de empréstimo, nos termos da Lei nº 4.131/1962, no montante de USD 75 milhões (R\$ 408,8 milhões) com vencimento em 2024. Conseqüentemente, o *swap* associado a esse empréstimo também foi liquidado. Adicionalmente, a Companhia firmou um contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste em 2020, no montante total de R\$ 87 milhões, com custo efetivo de IPCA+ 1,54% a.a. e vencimento em abril de 2030, principalmente para financiar a expansão da sua unidade de Pecém (CE). Em complemento a essa operação, a Companhia realizou a contratação de uma operação de instrumento financeiro derivativo (*swap*). Os recursos sendo liberados de acordo com a comprovação de gastos do projeto e, até 31 de dezembro de 2021, foram liberados R\$ 75,5 milhões.

4. Investimento e desinvestimento – A Companhia encerrou 2021 com CAPEX de R\$ 168 milhões, 26% menor comparado com 2020. Essa queda é proveniente do término das obras da planta de moagem de Pecém (CE), que teve *startup* em meados de 2021.

Balanco Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9 (b)	62.433	14.805
Aplicações financeiras	10 (b)	34.202	32.676
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	1.669	7.158
Contas a receber de clientes	11 (b)	118.767	105.940
Estoques	12 (b)	460.978	298.419
Tributos a recuperar	13 (b)	249.150	100.682
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		16.391	1.406
Outros ativos		7.925	8.985
		951.515	570.071
Ativos classificados como mantidos para venda			3.172
		951.515	573.243
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	178.996	378.177
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		326	326
Tributos a recuperar	13 (b)	60.852	268.372
Partes relacionadas	14 (b)	16.032	760.945
Depósitos judiciais	15 (b)	86.926	73.696
Outros ativos		6.732	6.769
		349.864	1.488.285
Investimentos	16 (b)	64.012	64.088
Imobilizado	17 (b)	2.635.540	2.615.241
Intangível	18 (b)	431.902	384.243
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		11.453	19.785
		3.492.771	4.571.642
Total do ativo		4.444.286	5.144.885

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2021	2020
Receita de contratos com clientes	27 (b)	2.587.445	2.171.369
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(1.881.384)	(1.639.209)
Lucro bruto		706.061	532.160
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	28	(91.197)	(95.956)
Gerais e administrativas	28	(68.429)	(63.700)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	78.756	91.996
		(80.870)	(67.660)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		625.191	464.500
Resultado de participações societárias			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)									
	Nota	Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção				
Em 1º de janeiro de 2020		869.976	1.215.650	161.246	113.887	(1.277)		272	2.359.754
Resultado abrangente do exercício							237.552		237.552
Lucro líquido do exercício								15.506	15.506
Outros componentes do resultado abrangente	26 (d)							15.506	253.058
Contribuições e distribuições para acionistas									
Aumento de capital social referente FINOR		8.348							8.348
Redução de capital		(660.000)							(660.000)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva de incentivos fiscais	26 (c)		141.943				(141.943)		
Dividendos deliberados	26 (c)						(45.393)		(45.393)
Retenção de lucros					50.216		(50.216)		
			(651.652)	141.943	50.216		(237.552)		(697.045)
Em 31 de dezembro de 2020		218.324	1.357.593	161.246	164.103	(1.277)	15.778	1.915.767	3.850.885
Em 1º de janeiro de 2021		218.324	1.357.593	161.246	164.103	(1.277)		15.778	1.915.767
Resultado abrangente do exercício							385.085		385.085
Lucro líquido do exercício								(12.110)	(12.110)
Outros componentes do resultado abrangente	26 (d)							(12.110)	372.975
Contribuições e distribuições para acionistas									
Aumento de capital social	26 (b)	117.582		(117.582)					
Cancelamento das ações em tesouraria	26 (b)		(1.277)			1.277			
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva de incentivos fiscais	26 (c)		143.555				(143.555)		
Constituição de reserva legal	26 (c)			19.254			(19.254)		
Dividendos mínimos distribuídos	26 (c)						(47.134)		(47.134)
Dividendos prioritários de ações preferenciais classe B	26 (c)						(33.741)		(33.741)
Dividendos intercalares a partir do resultado do exercício corrente	26 (c)						(139.663)		(139.663)
Dividendos intercalares a partir das reservas de anos anteriores	26 (c)				(164.103)				(164.103)
Retenção de lucros					1.738		(1.738)		
		117.582	142.278	(98.328)	(162.365)	1.277	(385.085)		(384.641)
Em 31 de dezembro de 2021		335.906	1.499.871	62.918	1.738		3.668	1.904.101	3.850.885

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia" ou "VCNNE") tem como atividades preponderantes: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, concreto, argamassa, calcário agrícola e outros materiais de construção, bem como de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados; prestação de serviços de concretagem; pesquisa, mineração e processamento de reservas minerais de acordo com sua atividade principal de produção; transporte, distribuição e importação; coprocessamento para geração de energia; e participação em outras empresas. A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Recife/PE, e atua nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A Companhia é controlada diretamente pela Votorantim Cimentos S.A. ("VCSCA"), e indiretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil, que constitui a *holding* das empresas Votorantim e é integralmente controlada pela família Ermirio de Moraes.

2. Aprovação das demonstrações financeiras – A elaboração destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 1 de abril de 2022 para sua apreciação pela Assembleia de Acionistas.

3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021 – 3.1. Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19): A pandemia mundial declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19), continua afetando o Brasil e diversos países no mundo, apresentando riscos graves à saúde pública e

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		385.085	237.552
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(584)	
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado			
Remunerações com benefícios de aposentadoria	25	(158)	(184)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		(11.368)	15.690
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(12.110)	15.506
Total do resultado abrangente do exercício		372.975	253.058

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		382.170	258.272
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	28	172.127	162.693
Equivalência patrimonial	16 (d)	13.304	8.732
Reversão de benefícios a empregados	25 (b)	(114)	(113)
Reversão líquida de <i>impairment</i> de intangível			(200)
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	30	539	4.025
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa, líquida das reversões	11 (c)	2.688	7.553
Provisão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	23 (b)	665	30.330
Provisão para obsolescência de estoques	12 (c)	369	4.305
Juros e atualização monetária sobre concessão		129.805	141.912
Outros componentes do resultado financeiro		108.784	49.055
Demais itens que não afetam caixa		(70.998)	27.639
		739.339	694.203

Acréscimo (decréscimo) em ativos

Contas a receber de clientes	1.337	(27.503)
Estoques	(162.928)	(33.264)
Tributos a recuperar	44.067	68.735
Partes relacionadas	42.961	36.371
Depósitos judiciais	(14.570)	2.132
Demais créditos e outros ativos	(9.157)	36.614

Acréscimo (decréscimo) em passivos

Fornecedores	37.915	(13.141)
Risco sacado a pagar	(22.474)	51.444
Salários e encargos sociais	2.265	10.412
Adiantamento de clientes		2.935
Tributos a recolher	(40.160)	(31.429)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(22.810)	(7.288)
Demais obrigações e outros passivos	6.521	7.407

Caixa gerado nas operações

Juros pagos	(68.186)	(69.641)
Juros recebidos	1.388	5.764
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.219)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	535.508	732.532

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aplicações financeiras	(2.914)	44.683
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	10.845	5.758
Recebimento de dividendos		11.397
Aquisição de imobilizado	(168.226)	(226.295)
Aquisição de intangível		(968)
Partes relacionadas	682.131	(732.199)
Efeito caixa das movimentações de capital em investidas	(18.286)	(1.615)

Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos

	503.550	(899.239)
--	---------	-----------

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Captações de recursos	181.533	39.348
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(864.014)	(5.592)
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	88.995
Aumento de capital social		8.348
Redução de capital social		(369.637)
Dividendos pagos	(388.107)	
Liquidação de arrendamento	19 (c)	(9.837)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(991.430)	(313.421)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	47.628	(480.128)
Efeito caixa na incorporação da Vencemos		34.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.805	460.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	62.433	14.805

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

caixa ("UGCs") consolidadas, e um teste quantitativo de recuperabilidade para as UGCs que apresentaram indicadores de perda no valor recuperável ou que possuam ágio alocado, com base nas premissas do Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

(b) Análise dos índices de liquidez e linhas de crédito disponíveis: A VCSCA, entidade controladora da Companhia, possui uma sólida posição de liquidez reforçada por linhas de crédito rotativo disponíveis no montante de USD 494.338 (R\$ 2.757.935) em 31 de dezembro de 2021, e prazo médio consolidado de dívida de 8,6 anos. Isso proporciona à Companhia, através do suporte de sua controladora casa necessária, boas condições financeiras para mitigar os impactos desse cenário adverso incerto. O Grupo continua monitorando os desdobramentos da pandemia do COVID-19 e novas medidas podem ser necessárias para endereçar consequências adversas. Dentro deste contexto, a Companhia não identificou nenhum outro impacto relevante decorrente da crise do COVID-19, incluindo impactos que tornassem requeridas mudanças nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos da Companhia divulgados na Nota 6.

4. Novas normas, emendas e interpretações das normas contábeis que ainda não estão vigentes – 4.1. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021: Reforma das *Interbank offered rates* (IBORs); alterações no CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros"; CPC 38/IAS 39 "Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração CPC 40/IFRS 7 "Instrumentos financeiros: evidênciação", CPC 11/IFRS 4 "Contratos de seguro" e CPC 06/IFRS 16 "Arrendamentos". A Companhia, a VCSCA suas controladas possuem, no entanto, empréstimos e financiamentos que atualmente estão indexados à LIBOR (Nota 20). Em linha com o projeto de transição da LIBOR e outras *Interbank Offered Rates* (IBORs) no mercado, a Companhia tem acompanhado a evolução do tema junto aos seus bancos de relacionamento e discutido como se dará a substituição do indexador nos contratos vigentes. Considerando as emendas emitidas, a Companhia pretende aplicar o expediente prático incluído pelo IASB no IFRS 9 – Instrumentos financeiros, e reconhecer a mudança da taxa sem reconhecer um ganho ou uma perda no resultado. Quando da substituição do indexador, renegociação efetiva dos contratos, a Companhia irá rever essa avaliação de forma a determinar se o expediente prático permanece aplicável. Conforme avaliação da Companhia as outras emendas emitidas

continua ...

... continuação

em linha com a substituição do indexador não apresentam impactos a serem divulgados. Outras normas e alterações passaram a vigorar para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas novas normas não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **4.2. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** Novas normas, interpretações e emendas às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não estão vigentes. Pretendemos adotar as novas normas, interpretações e emendas, se aplicáveis, quando se tornarem vigentes. A Companhia realizou uma análise preliminar sobre a aplicabilidade dessas alterações e identificou possíveis impactos em suas políticas contábeis decorrentes da alteração do CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro". A alteração requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A alteração é efetiva para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 e a Companhia está atualmente analisando detalhadamente os possíveis impactos, de acordo com a regulamentação tributária local.

5. Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo IASB. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, que no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, foram mensurados ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. As políticas contábeis das controladas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 6. A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que a sua controladora VCSA disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo. As investidas das quais a Companhia detém controle, isto é, está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida, estão divulgadas na Nota 16 (c). **5.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da VCNNE é o Real ("R\$" ou "Reais"). **5.2. Operações com moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas. **5.3. Demonstrações financeiras de períodos anteriores: (a) Ajustes na demonstração do resultado:** A Companhia revisou os saldos divulgados em 31 de dezembro de 2020, no que concerne o seguinte:

	Consolidado		
	Conforme originalmente apresentado	Incentivo fiscal de imposto de renda	Reapresentado
Receita de contratos com clientes	2.171.369		2.171.369
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.639.209)		(1.639.209)
Lucro bruto	532.160		532.160
Despesas operacionais (I)	(41.606)	(26.054)	(67.660)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	490.554	(26.054)	464.500
Resultado de participações societárias	(8.732)		(8.732)
Resultado financeiro líquido	(197.496)		(197.496)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	284.326	(26.054)	258.272
Imposto de renda e contribuição social	(46.774)	26.054	(20.720)
Lucro líquido do exercício	237.552		237.552

(i) Reclassificou o montante de R\$ 26.054, apresentados anteriormente em "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 30), referente ao benefício de incentivo fiscal de imposto de renda, para "Imposto de renda e contribuição social correntes" (Nota 22 (b)). **(b) Reclassificação entre Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:** A Companhia revisou a sua política de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 9 (a)), a fim de incluir na apresentação dos saldos do balanço patrimonial uma melhor representação do modelo de gestão de caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a classificação dos instrumentos financeiros entre a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 9 (b)) e a rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 10 (b)) era realizada com base no vencimento original dos títulos. Títulos com vencimento superior a 90 dias eram classificados como Aplicações financeiras. No entanto, em linha com a política de gestão de caixa da Companhia, são feitas aplicações em títulos da modalidade CDB e Compromissadas, que podem ter vencimento superior a 90 dias, mas que possuem liquidez imediata e em média são resgatados em um período inferior a 90 dias. Tais investimentos são realizados com o intuito de suprir as necessidades de caixa da Companhia e não sofrem mudança significativa de seu valor quando do resgate antes do vencimento, sendo resgatados pelo valor do principal mais juros incorridos até o momento do resgate. Dessa forma, concluímos que tais investimentos atendem as definições da norma contábil no que diz respeito a "Caixa e equivalentes de caixa". A Companhia revisou os saldos de 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de reclassificação dos saldos apenas na demonstração dos fluxos de caixa, no que tange aos saldos iniciais de 2020, conforme abaixo:

(b) Composição

Programas	2020						2021							
	Valor principal			Total (líquido entre ativo e passivo)	Impacto no resultado financeiro	Ganho realizado com efeito caixa	Valor justo por vencimento			2022	2023	2024	2025	2026
	2021	2020	Unidade				2022	2023	2024					
Proteção de taxas de juros														
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	393.533	181.227	BRL milhares	10.171	(16.492)	1.092	(7.413)	(21.442)	(19.441)	(14.683)	(13.270)			61.423
Swaps taxa flutuante em LIBOR vs. taxa flutuante em CDI	50.000	125.000	USD milhares	97.540	25.307	87.903	35.642	(22.069)	(16.929)	(11.521)	86.161			
	443.533	306.227		107.711	8.815	88.995	28.229	(43.511)	(36.370)	(26.204)	72.891			61.423

7.4. Risco de crédito: Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo *rating* nacional igual ou melhor que A (ou A2), ou *rating* em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3). O limite de exposição da Companhia a cada contraparte financeira é determinado pela política financeira da Votorantim Cimentos e está vinculado ao *rating* e balanço patrimonial da instituição. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas. A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte.

7.4.1. Qualidade dos créditos de contas a receber de clientes

		2021	2020
		15.261	15.061
Risco alto		23.372	10.067
Risco médio		43.384	64.888
Risco baixo		9.450	
AAA		91.467	90.016
Risco Alto	Clientes novos sem histórico de informações financeiras.		
Risco Médio	Clientes com histórico de atrasos nos pagamentos.		
Risco Baixo	Clientes com sólido histórico comercial e de pagamento.		
Clientes AAA	Classificação apenas para clientes de atacado, com base em análise de crédito individual.		

Os valores citados acima não incluem os saldos de partes relacionadas. O risco de crédito é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia. **7.5. Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos da Companhia no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Conforme originalmente apresentado	Reclassificações	Revisado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	726.768		726.768
Aplicações financeiras	52.856	(2.409)	50.447
Demais itens das atividades de investimentos	(943.922)		(943.922)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(891.066)	(2.409)	(893.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(313.421)		(313.421)
Decréscimo em caixa e equivalentes de caixa	(477.719)	(2.409)	(480.128)
Efeito caixa da inoração da Vencemos	34.311		34.311
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	458.213	2.409	460.622
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	14.805		14.805

6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo: **6.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; (iii) O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; (iv) A análise de fluxos de caixa descontados. **6.2. Impairment de ativo e ativo não circulante: (a) Práticas contábeis:** Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e o teste de valor recuperável (*impairment*) é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação/amortização passam por testes de *impairment* anualmente e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 30) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa – UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço. O ágio resultante de aquisições é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Quando uma perda por *impairment* é revertida, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" (Nota 30). **(b) Teste de Impairment de ativo e ativo não circulante:** Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs às quais o ágio foi alocado, bem como para outras UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC. Quando essa abordagem já resulta em um valor recuperável maior que o valor contábil da UGC, não é necessário determinar seu valor de venda. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base em planejamentos financeiros aprovados pela Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Os fluxos de caixa além do período de cinco anos, calculados de acordo com o modelo do valor em uso, são extrapolados usando as projeções do último ano (taxa de crescimento nula). O uso de fluxos de caixa após os impostos e taxas não resulta em nenhuma diferença significativa com relação ao uso de fluxos de caixa antes dos impostos e taxas. A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto (2021 – 7,6% e 2020 – 7,9%) utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional ou à UGC que está sendo testada. A Companhia não identificou impactos referentes a *impairment* para o exercício de 2021. **6.3. Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia está sujeita aos impostos e contribuições sobre o lucro. São reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **6.4. Provisões e contingências (Nota 23 (b)):** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável e é regularmente atualizada para refletir o valor do

desenvolvimento dos litígios. **6.5. Obrigações com descomissionamento de ativos (Nota 23 (b)):** Os gastos relacionados ao descomissionamento de uma mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. A taxa de desconto utilizada em 2021 é de 7,42% a.a. (31 de dezembro de 2020 – 6,98% a.a.). **6.6. Plano de pensão (Nota 25 (b)):** O valor atual de obrigação ou direito do plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direito atuariais, está a taxa de desconto calculada com base nas taxas de retorno oferecidas pelo Governo, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

7. Gestão de risco financeiro – 7.1. Gestão de risco socioambiental: A Companhia atua em diversos segmentos e dessa forma, suas atividades estão sujeitas a leis e legislações ambientais locais, estaduais, nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, no tocante a regular a condução das atividades, estabelecendo medidas de mitigação, compensação, gestão e monitoramento, incluindo aqueles que regulam os deveres do titular do empreendimento e/ou atividade quanto às medidas de zelo e proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a penalidades administrativas, como multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos parâmetros obrigatórios ambientais. A Companhia periodicamente atualiza seu levantamento de riscos socioambientais e trata os mesmos, seja com ações de mitigação de riscos, seja com ações de estimativas de custos para regularização destes riscos levantados. **7.2. Gestão de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moedas e taxas de juros); (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez. Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são denominados em reais. No entanto, alguns ativos e passivos são denominados em moeda estrangeira, resultando em variação cambial. Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa. Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia segue a política financeira da Votorantim Cimentos, aprovada pelo Conselho de Administração do Conglomerado, com o objetivo de estabelecer governança e macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como os indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão destes riscos objetiva a proteção do fluxo de caixa contra eventos adversos de mercado financeiro, tais como oscilações de preços, de moedas e de taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito de contrapartes financeiras. Adicionalmente, objetiva a gestão de avançagem e outras exposições financeiras ou operacionais em linha com critérios de agências de *rating* para empresas consideradas *investment grade*. A política financeira da Votorantim Cimentos pretende preservar a liquidez da Companhia, diversificação de fontes de financiamento, acesso sem restrições ao mercado de capitais a custos competitivos e geração de valor aos acionistas. Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção financeira e gestão de riscos são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros (de moedas, taxas de juros ou commodities) e contratos a termo conhecidos como NDF – *Non-Deliverable Forward* (de moedas, taxas de juros ou commodities). As estratégias que contemplam compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultam em posição líquida vendida em volatilidade do ativo *underlying*. A Companhia não contrata instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como não são permitidas transações que possam ser caracterizadas como avançagem (ou seja, que a exposição ao fator de risco via derivativo seja maior do que o objeto hedgeado) e quaisquer outros instrumentos requerem aprovação do Conselho de Administração. **7.3. Risco de mercado: 7.3.1. Risco cambial:** Entende-se por risco cambial a exposição da Companhia às oscilações de moedas relevantes que compõem suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que consequentemente impactam seus fluxos de caixa ou resultados. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Nota	2021	2020
Ativos em moeda estrangeira			
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	89.422	385.334
Contas a receber de clientes	11 (b)	451	
		89.873	385.334
Passivos em moeda estrangeira			
Empréstimos e financiamentos (i)	20 (b)	279.132	627.856
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	53.780	277.623
Fornecedores		64.784	7.015
		397.696	912.494
		(307.823)	(527.160)

Exposição líquida
(i) Custos de captação não estão considerados neste montante. **7.3.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros:** O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais podem impactar os pagamentos e recebimentos da Companhia. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **7.3.3. Instrumentos financeiros derivativos: (a) Práticas contábeis:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos". Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. **Programa de proteção de taxa de juros em USD** – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição à LIBOR (gerada por dívidas em USD indexadas em taxas flutuantes em LIBOR) aos parâmetros estabelecidos em política. A proteção é realizada por meio de *swaps*.

	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos (i)		38.661	41.318	386.367	364.429	106.786	937.561
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	45.180	36.381	55.466	15.159	250	152.436
Arrendamento		9.222	3.806				13.028
Risco sacado a pagar	21	84.184					84.184
Fornecedores		353.632					353.632
Dividendos a pagar	14 (b)	34.409					34.409
Partes relacionadas	14 (b)		6.600				6.600
Concessão		50.344	54.293	183.810	390.145	1.414.615	2.093.207
Plano de pensão		4.361	4.297	12.572	18.896		40.126
		619.993	146.695	638.215	788.629	1.521.651	3.715.183
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos (i)		34.252	38.297	1.186.259	268.743		1.527.551
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)	15.151	33.825	89.082	139.566		277.624
Arrendamento		9.358	9.125	4.057			22.540
Risco sacado a pagar	21	106.658					106.658
Fornecedores		267.050					267.050
Dividendos a pagar	14 (b)	83.356					83.356
Partes relacionadas	14 (b)		9.783				9.783
Concessão		41.034	46.092	156.045	331.212	589.695	1.164.078
Plano de pensão		4.473	4.468	13.359	21.163		43.463
		561.332	141.590	1.448.802	760.684	589.695	3.502.103

(i) Não considera ajuste a valor justo das operações contratadas nos termos da Lei nº 4.131/1962. A tabela acima mostra o principal e o juros em aberto, se aplicável, nas datas de vencimento. No caso dos passivos de taxa fixa, a despesa de juros foi calculada considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida. A despesa de juros sobre passivos de taxa flutuante foi calculada com base em uma previsão de mercado para cada período.

continua ...

... continuação

Votorantim Cimentos N/E S.A.

7.6. Demonstrativo da análise de sensibilidade: Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos empréstimos e financiamentos são a exposição à flutuação do dólar das taxas de juros CDI, LIBOR e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os números abaixo são apresentados de acordo com sua relevância. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo: **Cenário I** – considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022. **Cenário II** – considera choque de + ou – 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021. **Cenário III** – considera choque de + ou – 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Empréstimos e financiamentos	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Impactos no resultado					
					Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio										
USD		279.132	50.000	USD	-1,44%	(21)	(800)	(1.599)	800	1.599
Taxas de juros										
BRL – CDI	95.743		672.558	BRL	191 bps	18.367	67.976	153.120	(54.669)	(98.937)
BRL – IPCA		435.281	393.533	BRL	-456 bps	19.849	(19.035)	(35.402)	21.948	47.074
USD LIBOR		279.132	50.000	USD	2 bps	1.383	(2.887)	(5.774)	2.887	5.774
Cupom dólar			50.000	USD	17 bps	27.185	(70.583)	(141.165)	70.583	141.165

8. Instrumentos financeiros por categoria: (a) **Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: (i) **Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. (ii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. (iii) **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadram nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. (b) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. (c) **Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do *impairment* do contas a receber (Nota 11), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

(d) Composição

Ativos	Nota	2021	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11 (b)	118.767	118.767
Partes relacionadas	14 (b)	5.232	5.232
		123.999	123.999
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9 (b)		62.433
Aplicações financeiras	10 (b)		34.202
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		180.665
			277.300
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	20 (b)	442.357	442.357
Risco sacado a pagar	21	84.184	84.184
Arrendamento	19 (c)	12.385	12.385
Fornecedores		353.632	353.632
Partes relacionadas	14 (b)	6.600	6.600
Concessão	24 (b)	712.204	712.204
Salários e encargos sociais		38.876	38.876
		1.650.238	1.650.238
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		279.132
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		152.436
			431.568

Ativos	Nota	2020	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11 (b)	105.940	105.940
Partes relacionadas	14 (b)	760.945	760.945
		866.885	866.885
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9 (b)		14.805
Aplicações financeiras	10 (b)		32.676
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		385.335
			432.816
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	20 (b)	690.164	690.164
Risco sacado a pagar	21	106.658	106.658
Arrendamento	19 (c)	20.756	20.756
Fornecedores		267.050	267.050
Partes relacionadas	14 (b)	9.783	9.783
Concessão	24 (b)	625.162	625.162
Salários e encargos sociais		36.611	36.611
		1.756.184	1.756.184
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		627.856
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		277.623
			905.479

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa. (e) **Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização.

Ativos	Nota	Valor justo medido com base em		
		Técnica de valoração suportada por preços observáveis		Valor justo
		Preços cotados em mercado ativo	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa	9 (b)	39.070	23.363	62.433
Aplicações financeiras	10 (b)	20.159	14.043	34.202
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		180.665	180.665
		59.229	218.071	277.300
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		698.880	698.880
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		152.436	152.436
			851.316	851.316

Ativos	Nota	Valor justo medido com base em		
		Técnica de valoração suportada por preços observáveis		Valor justo
		Preços cotados em mercado ativo	Nível 2	
Caixa e equivalentes de caixa	9 (b)	4.105	10.700	14.805
Aplicações financeiras	10 (b)	23.372	9.304	32.676
Instrumentos financeiros derivativos	7.3.3 (b)		378.177	378.177
		27.477	398.181	425.658
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	20 (b)		1.509.525	1.509.525
Instrumentos financeiros derivativos			277.624	277.624
			1.787.149	1.787.149

Os demais instrumentos financeiros apresentados na Nota 8 (d) e não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

9. Caixa e equivalentes de caixa – (a) Práticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. (b) **Composição**

	2021	2020
Moeda nacional	892	333
Caixa e bancos	23.363	
Certificados de Depósito Bancário – CDBs		10.700
Operações compromissadas – Títulos privados	38.178	3.772
Operações compromissadas – Títulos públicos	62.433	14.805

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações overnight) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 100,28% a.a. do CDI.

10. Aplicações financeiras – (a) Práticas contábeis: As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos. (b) **Composição:** As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	2021	2020
Valor justo por meio do resultado		
Moeda nacional		
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	14.043	9.304
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs		1.217
Quotas de fundos de investimento	20.159	22.155
	34.202	32.676

As carteiras dos fundos de investimento são compostas por aplicações financeiras em operações compromissadas em títulos privados, operações compromissadas em títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras é equivalente a 100,06% a.a. do CDI.

11. Contas a receber de clientes – (a) Práticas contábeis: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e outros dados prospectivos relevantes. A matriz desenvolvida possui diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada em todo o saldo de contas a receber, incluindo o saldo de contas a receber não vencido.

	Nota	2021	2020
Clientes nacionais		111.841	113.629
Clientes estrangeiros		451	
Partes relacionadas	14 (b)	19.009	13.303
		131.301	126.932
		(12.534)	(20.992)
		118.767	105.940

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

(c) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(20.992)	(9.628)
Adições	(5.491)	(9.391)
Reversões	2.803	1.838
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	11.146	12
Efeito de controlada incorporada – Nota A3.1		(3.823)
Saldo no final do exercício	(12.534)	(20.992)

(d) Vencimento: Os saldos abaixo por vencimento não consideram a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

	2021	2020
A vencer	110.476	103.319
Vencidos até 3 meses	6.855	5.909
Vencidos entre 3 e 6 meses	6.274	2.016
Vencidos há mais de 6 meses	7.696	15.688
	131.301	126.932

12. Estoques – (a) Práticas contábeis: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção. O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados". Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). As adições e reversões da provisão são reconhecidas na rubrica de "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados" no resultado do exercício. Perdas efetivas e a subsequente recuperação de itens baixados por perda efetiva são registrados na mesma rubrica.

(b) Composição

	2021	2020
Produtos acabados	22.328	19.639
Produtos semi acabados	154.164	108.009
Matérias-primas	23.652	23.313
Combustíveis	86.074	37.701
Materiais auxiliares e de consumo	81.514	64.925
Importações em andamento	83.724	33.572
Outros	31.474	32.843
Estimativa de perdas (i)	(21.952)	(21.583)
	460.978	298.419

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

(c) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

	2021	2020
Produtos acabados	(123)	(526)
Produtos semi acabados	(1.564)	(68)
Matérias-primas e combustíveis	1.383	54
Materiais auxiliares		(86)
Materiais de manutenção e outros		(1.281)
Total	3.109	5.255
Saldo no início do exercício		47
Adições		3.290
Reversões		(2.179)
Baixas		(18.813)
Saldo no final do exercício	(304)	(21.952)

	2020
Produtos acabados	627.856
Produtos semi acabados	277.623
Matérias-primas e combustíveis	905.479
Materiais auxiliares	
Materiais de manutenção e outros	
Total	1.800.958

Saldo no início do exercício

Adições	625.162
Reversões	36.611
Efeito de controlada incorporada – Nota A3.1	1.756.184
Saldo no final do exercício	627.856

13. Tributos a recuperar – (a) Práticas contábeis: Os tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia.

(b) Composição

	2021	2020
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (i)	220.135	258.394
Programa de Integração Social – PIS (i)	42.633	54.416
ICMS sobre ativo imobilizado (ii)	6.547	8.613
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (iii)	30.099	36.887
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	6.021	6.731
Outros	4.567	4.013
	310.002	369.054
Circulante	249.150	100.682
Não circulante	60.852	268.372
	310.002	369.054

(i) Os saldos referem-se principalmente a créditos tributários relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. (ii) Os saldos referem-se a ICMS sobre aquisição de imobilizado (CIAP), que serão apropriados em curto e médio prazo, conforme a legislação vigente. (iii) Os saldos referem-se a créditos de ICMS diversos oriundos da operação e, historicamente os valores são compensados pela própria operação em curto e médio prazo.

14. Partes relacionadas – (a) Práticas contábeis: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se o preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladas, coligadas e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

(b) Saldos patrimoniais

	Contas a receber de clientes		Outros ativos		Fornecedores		Arrendamento		Dividendos a pagar		Outros passivos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora												
Votorantim S.A. (v)			3.319	3.319	149	1.013	1.067	1.727				
Votorantim Cimentos S.A. (i) (vi)	2.071	5.202	10.800	753.077	18.798	40.845			34.282	83.356	6.600	6.600
Sociedades controladas e coligadas												
Calmit Mineração e Participações Ltda. (vii)				4.547								3.133
Mov C Transportes Ltda.			1.913	1	4.005	1.663						
Supermix Concreto S.A. (ii)	4.574	4.851			6	464						
Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (iii)					16.304	4.980						
Votorantim Cement Trading S.L. (iv)	12.073	3.117			62.673	4.315						
Outros	291	132		1	161	149						50
	19											

... continuação						
Votorantim Cimentos N/E S.A.						
(c) Resultado	Vendas		Compras		Receita financeira	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedades controladoras						
Votorantim S.A. (v)			9.241	9.637		
Votorantim Cimentos S.A. (i) (vi)	12.728	5.079	110.767	106.093	12.704	5.714
Sociedades controladas e coligadas						
Supermix Concreto S.A. (ii)	55.361	44.072				
Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (iii)	31.390	19.986	59.896	36.661		
Votorantim Cement Trading S.L. (iv)	11.777	9.393	298.822	111.837		
Outros	48	19	48	19	(19)	
	<u>111.304</u>	<u>78.549</u>	<u>478.774</u>	<u>264.247</u>	<u>12.704</u>	<u>5.695</u>

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições: (i) No segundo semestre de 2020, a Companhia celebrou contratos de mútuo com a controladora VCSA que totalizam o montante de R\$ 748.766, com vencimento para 12 meses da data da contratação e com taxa de 111,00% do CDI, os quais foram liquidados ao longo do exercício de 2021. (ii) As operações de vendas com a Supermix Concreto S.A. referem-se a vendas de cimento e agregados, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (iii) Operações de compra de energia da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (iv) As operações de compra com a Votorantim Cement Trading S.L. referem-se a compra de combustível, principalmente coque, que estão sujeitas as variações de taxa de câmbio e dos indicadores específicos de preço. (v) Atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia. (vi) As operações de compra com a VCSA referem-se a compra de cimento e agregados, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (vii) Em dezembro de 2021, a Companhia realizou a incorporação da parcela cindida da Calmit. **15. Depósitos judiciais – (a) Práticas contábeis:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "Provisões" no passivo (Nota 23 (b)). Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante. **(b) Composição**

	2021			2020		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no ativo com provisão	Total de depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no ativo com provisão	Total de depósitos judiciais
Tributárias	86.837	9.317	96.154	73.636	10.711	84.347
Cíveis	62	44	106	60	44	104
Trabalhistas		12.661	12.661		12.769	12.769
Ambientais	27		27			
	<u>86.926</u>	<u>22.022</u>	<u>108.948</u>	<u>73.696</u>	<u>23.524</u>	<u>97.220</u>

16. Investimentos – (a) Práticas contábeis
Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. Tais investimentos são reconhecidos a partir da data que a Companhia obtiver controle inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixar de existir. Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado. **(b) Composição**

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas	Resultado de equivalência patrimonial						
	Informações em 31 de dezembro de 2021			Saldo			
	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2021	2020	2021	2020
Cimento Vencemos do Amazonas Ltda. (i)			100,00		5.709		
Calmit Mineração e Participações Ltda. (ii)	9.440	(3.742)	100,00	(3.742)	(1.198)	9.440	18.849
Fazenda São Miguel Ltda.	33.332	(236)	100,00	(236)	(97)	33.332	34.481
Pedreira Pedra Negra Ltda.	19.509	(9.326)	100,00	(9.326)	(13.146)	19.509	9.335
Outros						1.731	1.423
				<u>(13.304)</u>	<u>(8.732)</u>	<u>64.012</u>	<u>64.088</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, na qualidade de acionista da controlada Calmit, aprovou a incorporação da parcela cindida da sua subsidiária Calmit Mineração e Participação Ltda. ("Calmit"). (ii) Em 30 de novembro 2020, a Companhia incorporou sua controlada Cimento Vencemos do Amazonas Ltda., conforme Nota A3.1 das últimas demonstrações financeiras anuais. **(c) Informações sobre as empresas investidas:** Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas	2021					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Calmit Mineração e Participação Ltda.	100,00	1.634	17.607		9.801	9.440
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	8.250	29.110	1.401	2.627	33.332
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	5.528	20.344	764	5.599	19.509
						<u>64.012</u>

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas	2020					
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Calmit Mineração e Participação Ltda.	100,00	2.205	29.741	10	13.087	18.849
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	11.745	29.355	1.181	2.853	37.066
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	5.579	9.496	767	4.973	9.335
						<u>64.088</u>

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas	2021							
	Receita dos serviços líquida	Custo dos produtos vendidos e prestados (prejuízo)	Lucro bruto	Receitas operacionais (despesas)	Resultado de participação societárias	Receitas financeiras (despesas)	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Calmit Mineração e Participação Ltda.				(671)	17	(2.239)	(849)	(3.742)
Fazenda São Miguel Ltda.	7.834	(5.591)	2.243	(2.669)		192		(234)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				579	(10.268)	363		(9.326)
								<u>64.012</u>

Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas	2020							
	Receita dos serviços líquida	Custo dos produtos vendidos e prestados (prejuízo)	Lucro bruto	Receitas operacionais (despesas)	Resultado de operações societárias	Receitas financeiras (despesas)	Imposto de renda e contribuição social	Prejuízo do exercício
Calmit Mineração e Participação Ltda.				(2.150)	684	(702)	970	(1.198)
Fazenda São Miguel Ltda.	4.415	(6.015)	(1.600)	314		1.182		(104)
Pedreira Pedra Negra Ltda.				(4.895)	(9.754)	1.503		(13.146)
								<u>64.088</u>

(d) Movimentação
Saldo no início do exercício 64.088
Equivalência patrimonial (13.304)
Dividendos deliberados (i) (11.397)
Incorporação da Cimento Vencemos do Amazonas (Nota 16 (b) (i)) (55.401)
Baixa do ágio da Cimento Vencemos do Amazonas (Nota 16 (b) (ii)) (63.633)
Aumento de capital – Pedreira Pedra Negra Ltda. 1.615
Redução de capital – Calmit Mineração e Participações Ltda. (5.626)
Redução de capital – Fazenda São Miguel Ltda. (3.234)
Ganho na compra e venda de ações – Fazenda São Miguel 2.329
Outros 259
Saldo no final do exercício 64.012
(i) Em 25 de setembro de 2020, a Administração da então controlada incorporada Vencemos, aprovou distribuições de lucros à Companhia, relativos a exercícios anteriores, que totalizam o montante de R\$ 11.397. **17. Imobilizado – (a) Práticas contábeis:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável,

quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros (Nota 6.2). Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" no resultado conforme Nota 30.

(b) Composição e movimentação	2021							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	204.621	683.915	2.883.338	30.382	10.975	327.238	11.078	4.151.547
Depreciação acumulada	(18.175)	(206.595)	(1.276.619)	(23.401)	(7.355)		(4.161)	(1.536.306)
Saldo líquido	<u>186.446</u>	<u>477.320</u>	<u>1.606.719</u>	<u>6.981</u>	<u>3.620</u>	<u>327.238</u>	<u>6.917</u>	<u>2.615.241</u>
Adições			311			167.915		168.226
Baixas	(3.171)	(16)	(8.099)		(98)			(11.384)
Depreciação	(1.713)	(14.182)	(126.356)	(2.620)	(825)		(420)	(146.116)
Reclassificação de ativos mantidos para venda								3.172
Efeito de coligada incorporada (Nota 16 (b))	6.731							6.731
Transferências (i)	17.197	45.099	258.641	(47)	309	(321.505)	(24)	(330)
Saldo no final do exercício	<u>208.662</u>	<u>508.221</u>	<u>1.731.216</u>	<u>4.314</u>	<u>3.006</u>	<u>173.648</u>	<u>6.473</u>	<u>2.635.540</u>
Custo	228.549	729.601	3.130.788	29.814	11.163	173.648	11.054	4.314.617
Depreciação acumulada	(19.887)	(221.380)	(1.399.572)	(25.500)	(8.157)		(4.581)	(1.679.077)
Saldo líquido no final do exercício	<u>208.662</u>	<u>508.221</u>	<u>1.731.216</u>	<u>4.314</u>	<u>3.006</u>	<u>173.648</u>	<u>6.473</u>	<u>2.635.540</u>

	2020							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	198.795	661.115	2.822.967	29.734	11.044	220.411	10.782	3.954.848
Depreciação acumulada	(16.185)	(188.110)	(1.204.127)	(20.130)	(6.818)		(3.747)	(1.439.117)
Saldo líquido	<u>182.610</u>	<u>473.005</u>	<u>1.618.840</u>	<u>9.604</u>	<u>4.226</u>	<u>220.411</u>	<u>7.035</u>	<u>2.515.731</u>
Adições	1.241					225.054		226.295
Baixas	(4)		(9.363)		(1)			(9.368)
Depreciação	(1.631)	(13.919)	(116.926)	(3.492)	(809)		(413)	(137.190)
Reclassificação de ativos mantidos para venda								(3.172)
Efeito da incorporação de controlada	5.798	11.246	3.756	335	8	911		22.054
Reversão da perda do valor recuperável – impairment								1.200
Transferências (i)	1.604	6.988	109.212	534	196	(119.138)	295	(309)
Saldo no final do exercício	<u>186.446</u>	<u>477.320</u>	<u>1.606.719</u>	<u>6.981</u>	<u>3.620</u>	<u>327.238</u>	<u>6.917</u>	<u>2.615.241</u>
Custo	204.621	683.915	2.883.338	30.382	10.975	327.238	11.078	4.151.547
Depreciação acumulada	(18.175)	(206.595)	(1.276.619)	(23.401)	(7.355)		(4.161)	(1.536.306)
Saldo líquido no final do exercício	<u>186.446</u>	<u>477.320</u>	<u>1.606.719</u>	<u>6.981</u>	<u>3.620</u>	<u>327.238</u>	<u>6.917</u>	<u>2.615.241</u>

Taxas médias anuais de depreciação – % 1 2 5 20 10 2
(i) Transferências realizadas oriundas da reclassificação de "Obras em andamento" para outras classes do imobilizado, bem como "Softwares" e "Direitos de exploração sobre recursos naturais" do intangível. **(c) Obras em andamento** – O saldo é composto, principalmente, de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Sustaining (ii)	2021		2020	
Moagem de cimento em Pecém-CE (i)		64.286		38.937
Nova unidade em Sobral-CE		1.695		181.840
Coprocessamento (iii)		69.513		72.249
Meio ambiente e segurança		11.337		9.292
Modernização industrial (iv)		7.692		3.859
Geologia e direitos minerários		8.896		2.653
Expansão		5.953		3.897
Hardwares e softwares		2.470		1.853
Outros projetos		716		427
		1.090		12.231
		<u>173.648</u>		<u>327.238</u>

(i) Uma nova unidade de moagem de cimento em Pecém-CE iniciou a fase de pré-operação em julho de 2021, com capacidade adicional de 800 mil toneladas de produção, totalizando 1 milhão de toneladas de cimento por ano. A planta conta com equipamentos de última geração, que priorizam eficiência energética, segurança e automação industrial. A diminuição do saldo deste projeto deve-se a reclassificação parcial dos ativos prontos para uso para as classes de imobilizados correspondentes a sua natureza. (ii) Investimentos em *sustaining* realizados para aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à operação das fábricas e minas, com a finalidade de garantir a continuidade dos parques com aplicação de mesma ou novas tecnologias. (iii) Investimento em coprocessamento, tecnologia que consiste na utilização de resíduos industriais e pneus inservíveis como substitutos de combustíveis e/ou matérias primas não renováveis utilizadas em fábricas de cimento devidamente licenciadas para este fim. Ao mesmo tempo, é uma forma de destinação final de resíduos, eliminando diversos passivos ambientais. (iv) Investimentos em modernização industrial, tem como principal finalidade a geração de benefício financeiro através da aplicação de novas tecnologias ou otimização de equipamentos e processos que culminam na redução de custos e/ou alavancagem de receitas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os encargos sobre empréstimos e financiamentos capitalizados nas obras em andamento totalizaram R\$ 5.627 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.582). A taxa de capitalização utilizada foi de 5,79% a.a. (31 de dezembro de 2020 – 3,17% a.a.).

18. Intangível – (a) Práticas contábeis: (i) Ágio: Os ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. O ágio de controladas é registrado como "Investimento". O ágio de entidades incorporadas e unidade adquiridas pela Companhia que atenderam a definição de combinação de negócios, mesmo não sendo uma entidade investida, são registrados no "Intangível". A recuperabilidade do ativo é testada anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não podem ser revertidas. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está descrita na Nota 6.2. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **(ii) Direitos sobre recursos naturais:** Quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada, as contraprestações pagas para aquisição dos direitos de exploração mineral são capitalizadas. Nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante o desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como parte do custo de construção da mina. Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção ou pelo método linear. Os custos de construção capitalizados relativos à planta são reconhecidos em "Máquinas, equipamentos e instalações" na linha de imobilizado. **(iii) Softwares:** Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*. **(iv) Concessões:** Concessões referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidroelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (direito de concessão). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). **(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência:** Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para "relação com clientes" e de 5 anos para "acordos de não concorrência". **(vi) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation – "ARO"):** A Companhia apresenta obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão divulgadas na Nota 23 (a) (ii). O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada.

(b) Composição e movimentação	2021							
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Concessão e repactuação do risco hidrológico (iii)	Ágio	ARO (i)	Softwares	Contratos e relação com clientes e acordos	Outros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	201.300	198.546	64.185	38.325	9.957	19.697	13.008	545.018

... continuação

	Direitos de concessão e exploração repactuação sobre recursos naturais		Concessão e repactuação do risco		Ágios (i) ARO (i)		Softwares e acordos		Contratos e relação com clientes e acordos		Outros	Total
	naturais	hidrológico	Ágios (i)	ARO (i)	Softwares	Outros						
Custo	192.823	198.546	33.772	8.477	17.960	13.008	464.586					
Amortização e exaustão acumulada	(42.893)	(92.926)	(3.911)	(4.352)	(561)	(144.643)						
Saldo líquido	149.930	105.620	29.861	4.125	17.399	13.008	319.943					
Adições			552	640	416		1.608					
Baixas					(415)		(415)					
Amortização e exaustão	(6.830)	(6.093)	(1.009)	(1.105)	(1.095)		(16.132)					
Provisão da perda do valor recuperável – impairment – Nota B3.2	(1.000)						(1.000)					
Efeito de controla incorporada – Nota A3.1		63.633					63.633					
Revisão de provisão por mudança de estimativa			2.443				2.443					
Atualização da taxa de juros			1.470				1.470					
Transferências (ii)	9.477			1.479	1.737		12.693					
Saldo no final do exercício	151.577	99.527	64.185	33.405	4.500	13.008	384.243					
Custo	201.300	198.546	64.185	38.325	9.957	13.008	545.018					
Amortização e exaustão acumulada	(49.723)	(99.019)	(4.920)	(5.457)	(1.656)		(160.775)					
	151.577	99.527	64.185	33.405	4.500	13.008	384.243					
Taxas médias anuais de amortização e exaustão – %	2	3	3	20	3							

(i) **Asset Retirement Obligation** (obrigação com descomissionamento de ativos); (ii) Transferências realizadas de imobilizado oriundo da reclassificação de "Obras em andamento" para "Softwares" e "Direitos de exploração sobre recursos naturais"; (iii) Em decorrência da aplicação da Lei nº 14.052/2020, a Companhia reconheceu um acréscimo ao valor bruto de R\$ 57.625 referente à renegociação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo do direito de concessão da Usina Pedra do Cavalo em sete anos. **(c) Ágios por expectativa de rentabilidade futura:** Abaixo demonstramos a composição dos ágios, os quais são suportados pela expectativa de rentabilidade futura.

	2021	2020
Cimentos Vencemos do Amazonas Ltda.	63.633	63.633
Fábrica de Argamassas em Belém-PA	552	552
	64.185	64.185

19. Direito de uso sobre contratos de arrendamento – (a) Práticas contábeis: A Companhia mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos mercantis para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com valores inferiores a USD 5 mil (R\$ 28). Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia realiza o registro, na competência da assinatura do contrato, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. **(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso:**

	2021			
	Máquinas e equipamentos	Imóveis e salas comerciais	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	25.639	9.169	2.493	37.301
Amortização e exaustão acumulada	(10.732)	(5.632)	(1.152)	(17.516)
Saldo líquido	14.907	3.537	1.341	19.785
Adições		320		320
Amortização	(5.997)	(2.133)	(522)	(8.652)
Saldo no final do exercício	8.910	1.724	819	11.453
Custo	25.639	9.489	2.493	37.621
Amortização Acumulada	(16.729)	(7.765)	(1.674)	(26.168)
Saldo líquido no final do exercício	8.910	1.724	819	11.453
Taxa médias anuais de amortização – %	44	57	43	

	2020			
	Máquinas e equipamentos	Imóveis e salas comerciais	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	25.639	9.169	925	35.733
Amortização e exaustão acumulada	(4.735)	(2.816)	(594)	(8.145)
Saldo líquido	20.904	6.353	331	27.588
Adições			1.568	1.568
Amortização	(5.997)	(2.817)	(557)	(9.371)
Saldo no final do exercício	14.907	3.536	1.342	19.785
Custo	25.639	9.169	2.493	37.301
Amortização e exaustão acumulada	(10.732)	(5.633)	(1.151)	(17.516)
Saldo líquido no final do exercício	14.907	3.536	1.342	19.785
Taxa médias anuais de amortização – %	28	38	31	

(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Total	Valor justo
Saldo no início do exercício			20.756	28.015
Adições			320	1.568
Liquidações			(9.837)	(10.522)
Ajuste a valor presente			1.146	1.695
Saldo no final do exercício			12.385	20.756
Circulante			11.766	12.128
Não circulante			619	8.628
			12.385	20.756

20. Empréstimos e financiamentos – (a) Política contábil: (i) **Mensuração ao custo amortizado:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva. (ii) **Mensuração ao valor justo por meio do resultado:** Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. Os termos e as condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em CDI e em BRL. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um descasamento contábil no resultado e para eliminar este descasamento contábil as contratações feitas até 2020, foram designadas na modalidade de fair value hedge, sendo o efeito desta designação a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado. O valor justo desses instrumentos financeiros leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito no patrimônio líquido crie ou aumente o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício. Para evitar oscilações no resultado em virtude das volatilidades pontuais do mercado e, consequentemente, do risco de crédito implícito, as contratações feitas a partir de 2021, não foram designadas como fair value hedge e, portanto os empréstimos são mensurados ao custo amortizado para mitigar oscilações pontuais no resultado, enquanto os swaps correspondentes por serem derivativos são mensurados ao valor justo contra resultado. (iii) **Método de cálculo:** Para as dívidas contratadas em taxa flutuante, o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa de juros de mercado da moeda em que a dívida é denominada, além de adicionar o "spread" definido em contrato. A exceção é um contrato pré-fixado, no qual o valor futuro é estimado pelo fluxo de caixa projetado pela taxa fixa definida no momento da contratação. O valor presente da dívida denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva do cupom cambial (a remuneração, em dólares estadunidense, dos reais investidos no Brasil), considerando o risco de crédito da Companhia com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. Em função do prazo e materialidade dessas dívidas, variações na taxa de mercado em que essas dívidas são denominadas e na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. O valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva dos swaps atrelados à essa dívida também é estimado grande taxa de mercado da moeda em que a ponta do swap é denominada. Assim como na dívida, o valor presente da ponta denominada em USD é mensurado por meio do desconto do fluxo de caixa pela curva de cupom cambial e, no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI divulgada pela B3, considerando tanto o risco de crédito da Companhia e da contraparte, a depender do ajuste estimado. (iv) **Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, (um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos), são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(b) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo	
		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional									
Debêntures	110,71% CDI	1.248		449.343		450.591		504.109	
Debêntures CRI	IPCA + 4,08%	1.862	(240)	347.023	183.120	348.885	182.880	324.844	307.069
Agência de fomento	1,54% Pré BRL	8.747	734	69.223	34.208	77.970	34.942	79.711	47.255
FINAME	5,74% Pré BRL	1.298	1.301	1.872	3.161	3.170	4.462	2.967	4.880
Outros		5.109	6.808	7.223	10.481	12.332	17.289	12.226	18.356
		17.016	9.851	425.341	680.313	442.357	690.164	419.748	881.669
Moeda estrangeira									
Empréstimos – Lei nº 4.131/1962 (i)	LIBOR + 0,87%	702	823	278.430	627.033	279.132	627.856	279.132	627.856
		702	823	278.430	627.033	279.132	627.856	279.132	627.856
		17.718	10.674	703.771	1.307.346	721.489	1.318.020	698.880	1.509.525
Juros sobre empréstimos e financiamentos		7.354	6.472						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		10.364	4.202						
		17.718	10.674						

Votorantim Cimentos N/NE S.A.

2020

CDI – Certificado de Depósito Interbancário. FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais. IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. LIBOR – London Interbank Offered Rate. BRL – Reais. USD – Dólar norte-americano. (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real, e resultaram no custo médio final ponderado de 111,00% a.a. do CDI. A política para contabilização desses instrumentos está descrita na Nota 7.3.3 (a) (ii). **(c) Perfil de vencimentos:** Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na tabela anterior (Nota 20 (b)), considerando que não estão contemplados os custos de captação.

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030	Total
Moeda nacional										
Debêntures CRI	2.755					69.035	69.035	69.035	147.444	357.304
Agência de fomento	8.747	9.437	9.437	9.437	9.446	9.433	9.427	9.452	3.155	77.971
FINAME	1.298	1.286	586							3.170
Outros	5.109	4.143	3.080							12.332
	17.909	14.866	13.103	9.437	9.446	78.468	78.462	78.487	150.599	450.777
% amortizado por ano	3,97%	3,30%	2,91%	2,09%	2,10%	17,41%	17,41%	17,41%	33,41%	100,00%
Moeda estrangeira										
Empréstimos – Lei nº 4.131/1962	702			285.314						286.016
	702			285.314						286.016
% amortizado por ano	0,25%	0,00%	0,00%	99,75%	0,00%					100,00%
	18.611	14.866	13.103	294.751	9.446	78.468	78.462	78.487	150.599	736.793
% amortizado por ano	0,00%	0,00%	1,78%	40,00%	1,28%	10,65%	10,65%	10,65%	20,44%	100,00%

(d) Movimentação

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício			1.318.020	1.154.829
Captações			181.533	39.348
Variação cambial			64.777	153.972
Provisão de juros			27.445	31.106
Juros pagos			(25.423)	(34.409)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições			(2.862)	972
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo			17.921	(25.150)
Ajuste a valor justo (Nota 31 (b))			4.092	2.944
Liquidações			(864.014)	(5.592)
Saldo no final do exercício			721.489	1.318.020

i) Novos empréstimos e amortizações: Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia busca, de acordo com sua política financeira e estratégia de gestão de passivos, alongar o prazo médio dos vencimentos bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nessas moedas, além de preservar sua liquidez. As principais captações e amortizações executadas em 2021 foram as seguintes: (a) Debêntures: Em março de 2021, a Companhia amortizou a totalidade da sua 1ª emissão pública de debêntures com vencimento em 2023, no montante de R\$ 450.000. (b) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") Em fevereiro de 2021, por meio da RB Capital Companhia de Securitização, a Companhia e sua controladora VCSA emitiram seu segundo Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no mercado de capitais brasileiro no montante de R\$ 136.000, com vencimento em 2033. A Companhia e a controladora VCSA contrataram instrumentos financeiros derivativos (swap) com o objetivo de trocar a taxa flutuante de IPCA + para a taxa flutuante de CDI +. (c) Empréstimos e amortizações nos termos da Lei nº 4.131/1962: Em outubro de 2021, a Companhia efetuou a amortização antecipada de um dos seus contratos de empréstimo, nos termos da Lei nº 4.131/1962, no montante de USD 75.000 (R\$ 408.825) com vencimento em 2024. Consequentemente, o swap associado a este empréstimo também foi liquidado. (d) Agência de fomento: Durante o exercício de 2021, a Companhia realizou uma série de desembolsos, no valor total de R\$ 45.367.910,15 relacionados com o contrato de empréstimo firmado com o Banco do Nordeste, em 18 de março de 2020. Os recursos estão sendo liberados de acordo com a comprovação de gastos do projeto de Pecém-CE e, até o momento, foram liberados o montante de R\$ 75.538 do total de R\$ 85.574 contratado.

(e) Composição por moeda

	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Real	17.016	9.851	425.341	680.314	442.357	690.165
Dólar estadunidense	702	823	278.430	627.033	279.132	627.856
	17.718	10.674	703.771	1.307.347	721.489	1.318.021

(f) Garantias: Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 636.937 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 1.289.397) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas, enquanto R\$ 3.169 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 4.462) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária e hipoteca e R\$ 77.977 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 34.949) estavam garantidos por fiança bancária.

(g) Garantia de dívidas do Grupo, garantidas por partes relacionadas

	2021	2020
Modalidade		
Lei nº 4131/1962 – USD 50 MM	VCNA (100%)/VCSA (100%)	279.632
Lei nº 4131/1962 – USD 75 MM	VCNA (100%)	389.877
Debêntures	VCNA (100%)	451.741
Debêntures CRI	VCSA (100%)	357.305
		636.937
		1.289.398

21. Risco sacado a pagar – A Companhia firmou contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno, a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras.

Operações de risco sacado

Fornecedor – mercado interno	Prazo máximo	2021	2020
	Até 180 dias	84.184	106.658
</			

... continuação **Votorantim Cimentos N/E S.A.**

(d) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2021	2020
Saldo no início do exercício	(163.163)	(149.710)
Efeito no resultado	24.488	(6.199)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente – risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	5.856	(8.084)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente benefícios de aposentadoria	82	95
Outros	(1)	735
Saldo no final do exercício	<u>(132.738)</u>	<u>(163.163)</u>

23. Provisões e depósitos judiciais – (a) Práticas contábeis: (i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental: A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais. As provisões cíveis, ambientais e tributárias são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, as quais refletem as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. A provisão trabalhista é realizada principalmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos. A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e/ou subsidiária. Especificamente para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 1.000, as provisões serão mensuradas conforme o valor de risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e/ou terceiros insolventes. **(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation – “ARO”):** A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente para as condições ambientais similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com as autoridades competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições anteriores ao projeto ou atividade. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com a autoridade competente, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado. As obrigações abrangem, principalmente, custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente por uma taxa de desconto. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão divulgadas na Nota 18 (a). A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto, que são revisadas anualmente pela Companhia. O passivo constituído também é atualizado por meio de revisões anuais que incluem: • revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas; • revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento; • revisão da taxa de desconto. Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

(b) Composição e movimentação

	2021					Total
	ARO (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	
Saldo no início do exercício	48.366	150.054	27.853	17.413	2.362	246.048
Adições		7.199	6.747	13.443	380	27.769
Reversões		(10.271)	(7.753)	(8.491)	(589)	(27.104)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		1.394		108		1.502
Liquidações com depósitos judiciais				(2.842)		(2.842)
Liquidações com efeito caixa	(440)	(11.327)	(7.121)	(3.891)	(31)	(22.810)
Atualização da taxa de juros	(4.191)					(4.191)
Ajuste a valor presente		2.882				2.882
Revisão de provisão por mudança da estimativa – resultado	(144)					(144)
Atualizações monetárias, líquidas de reversão		7.073	(819)	(718)	491	6.027
Saldo no final do exercício	<u>46.473</u>	<u>144.122</u>	<u>18.907</u>	<u>15.022</u>	<u>2.613</u>	<u>227.137</u>

	2020					Total
	ARO (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	
Saldo no início do exercício	42.171	132.285	20.929	3.596	2.973	201.954
Adições	641	7.273	7.502	20.211	121	35.748
Reversões	(49)	(612)	(1.191)	(3.253)	(315)	(5.420)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		892	2.669	2.253		5.814
Efeito de controla incorporada		1.482		216		1.698
Liquidações com depósitos judiciais			(2.718)	(20)		(2.738)
Liquidações com efeito caixa	(288)	(12)	(2.055)	(4.933)		(7.288)
Atualização da taxa de juros	1.470					1.470
Ajuste a valor presente	2.633					2.633
Revisão de provisão por mudança da estimativa – ativo	2.443					2.443
Revisão de provisão por mudança da estimativa – resultado	(655)					(655)
Atualizações monetárias, líquidas de reversão		8.746	2.717	(657)	(417)	10.389
Saldo no final do exercício	<u>48.366</u>	<u>150.054</u>	<u>27.853</u>	<u>17.413</u>	<u>2.362</u>	<u>246.048</u>

(i) *Asset Retirement Obligation* (obrigação com descomissionamento de ativos). **(c) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e depósitos judiciais:** As provisões apresentadas no quadro abaixo, não contemplam os depósitos judiciais, os quais estão sendo apresentados na Nota 15 (b).

	2021	2020
Tributárias	153.439	160.765
Cíveis	18.951	27.898
Trabalhistas	27.683	30.181
Ambientais	2.614	2.362
	<u>202.687</u>	<u>221.206</u>
Depósitos judiciais classificados em passivos com provisão	<u>(22.022)</u>	<u>(23.524)</u>
	<u>180.665</u>	<u>197.682</u>

(d) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável: (d.1) Provisões tributárias: Essas provisões referem-se, principalmente, a processos administrativos ou judiciais que discutem a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. **(d.2) Provisões cíveis:** Essas provisões referem-se, principalmente, à discussão sobre processos cíveis de natureza administrativa e judicial. Referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças e execuções e pedidos administrativos. **(d.3) Provisões ambientais:** A Companhia está sujeita às leis e regulamentos e estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia conduz regularmente verificações para identificar riscos com objetivo de mitigá-los e fazer a devida gestão desses riscos. Ademais, as provisões ambientais da Companhia referem-se, principalmente, a processos administrativos ou judiciais que discutem a qualidade ambiental de determinadas operações. **(e) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2021	2020
Tributárias	1.112.328	1.305.204
Cíveis	218.043	432.495
Ambientais	20.573	18.685
	<u>1.350.944</u>	<u>1.756.384</u>

(i) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM: A Companhia possui diversas atuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2015. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em controvérsia dessas ações totaliza o montante de R\$ 290.726. A Companhia entende que R\$ 70.571 é o montante de perda provável, o qual está devidamente provisionado, e R\$ 220.155 é o montante de perda possível. Atualmente, os processos se encontram em fase administrativa ou judicial. **(ii) Ação indenizatória com empresa de transportes do Nordeste:** Em setembro de 2015, os advogados de uma empresa de uma transportadora localizada no Nordeste do país ingressaram com ação indenizatória contra a Companhia buscando a anulação do acordo judicial com essa transportadora ou a compensação por danos no montante de R\$ 96.960. Em novembro de 2015, a Companhia apresentou sua defesa e, em abril de 2016, os autores apresentaram sua réplica. Em 2017, foi proferida sentença julgando o pedido dos advogados procedente e condenando a Companhia ao pagamento do valor pleiteado. A Companhia ingressou com embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo junto ao TJMA e teve o pedido deferido. Em dezembro de 2020, os embargos de declaração foram rejeitados, e o recurso aos Tribunais Superiores foi apresentado. A ação foi encerrada em dezembro de 2021.

24. Concessão – (a) Práticas contábeis: O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento). **(b) Composição:** A Companhia possui um contrato de concessão do setor de energia elétrica para a operação de uma planta hidroelétrica (Pedra do Cavalão) que permite que sejam autoprodutores. A planta é localizada no rio Paraguaçu, no estado da Bahia, e tem uma capacidade total instalada de 160 MW e uma garantia física de 60 MW. Esse contrato prevê pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM para concessões. O contrato apresenta prazo de duração até abril de 2044 (42 anos), e o valor da obrigação está demonstrado a seguir:

	2021			2020		
	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	Ativo intangível (Nota 18 (b))	Passivo	Ativo intangível (Nota 18 (b))
Usina Pedra do Cavalão	100%	mar/02	abr/44		50.344	41.034
Circulante				150.572	661.860	99.527
Não circulante				150.572	712.204	99.527
						<u>625.162</u>

25. Plano de pensão – (a) Práticas contábeis: A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em “Outros componentes do resultado abrangente”, e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são

realizadas. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(b) Composição de planos de benefício definido:** A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia. A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	2021	2020
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários (i)	2.032	2.113
Ativo registrado no balanço patrimonial	<u>2.032</u>	<u>2.113</u>
Despesas reconhecidas no resultado do exercício (Nota 29 (b))		
Benefícios de saúde pós-emprego	114	113
	<u>114</u>	<u>113</u>

Remensurações (Nota 26 (a (vi)))

Benefícios de plano de pensão – valor bruto	(240)	(279)
Imposto de renda e contribuição social diferido	82	95
Benefícios de plano de pensão – valor líquido	<u>(158)</u>	<u>(184)</u>

(i) Os saldos de benefícios de plano de pensão estão registrados na rubrica de “Outros ativos” no grupo não circulante do balanço patrimonial. **(c) Plano de contribuição definida:** A Companhia patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido da Companhia. **(d) Plano de benefício definido e benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde):** A Companhia possui planos de benefícios previdenciários definidos no Brasil. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pró rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados. Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Valor presente de obrigações financiadas	(38.202)	(47.698)
Valor justo de ativos do plano	67.660	59.493
Superávit total de planos de benefícios previdenciários	29.458	11.795
Impacto do requerimento mínimo do fundo/máximo dos ativos	(27.426)	(9.682)
Ativo líquido do passivo	<u>2.032</u>	<u>2.113</u>

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	
				fundos/limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2021	(47.698)	59.493	11.795	(9.682)	2.113
Custo do serviço corrente	(33)		(33)		(33)
Despesa (receita) financeira	(3.128)	4.088	960	(813)	147
	<u>(3.161)</u>	<u>4.088</u>	<u>927</u>	<u>(813)</u>	<u>114</u>

Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		7.307	7.307		7.307
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demograficas	7.093		7.093		7.093
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	2.291		2.291		2.291
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como receita financeira				(16.931)	(16.931)
	<u>9.384</u>	<u>7.307</u>	<u>16.691</u>	<u>(16.931)</u>	<u>(240)</u>

Contribuições					
Empregador	2	44	46		46
Pagamento de benefícios	3.271	(3.272)	(1)		(1)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>(38.202)</u>	<u>67.660</u>	<u>29.459</u>	<u>(27.426)</u>	<u>2.033</u>

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	
				fundos/limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2020	(43.718)	61.075	17.357	(15.126)	2.231
Custo do serviço corrente	(35)		(35)		(35)
Despesa (receita) financeira	(2.722)	3.859	1.137	(989)	148
	<u>(2.757)</u>	<u>3.859</u>	<u>1.102</u>	<u>(989)</u>	<u>113</u>

Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(1.618)	(1.618)		(1.618)
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas demograficas	(640)		(640)		(640)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira	(4.454)		(4.454)	6.433	1.979
	<u>(5.094)</u>	<u>(1.618)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>6.433</u>	<u>(279)</u>

Contribuições					
Empregador		48	48		48
Em 31 de dezembro de 2020	<u>(47.698)</u>	<u>59.493</u>	<u>11.795</u>	<u>(9.682)</u>	<u>2.113</u>

Os ativos do plano incluem:

	2021	2020
Ações	23.916	27.362
Instituições financeiras	43.448	31.769
Títulos públicos	296	362
Outros	67.660	59.493

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2021	2020
Taxa de desconto	8,55%	6,88%
Taxa da inflação	3,25%	4,00%
Retorno esperado sobre os ativos do plano		
Aumentos salariais futuros	2,82%	2,77%
Aumentos de planos de pensão futuros	3,25%	4,00%

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na seguinte tábua de mortalidade pós-aposentadoria: • Brasil: AT-2000: A sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas, mantendo as outras premissas constantes, é:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,25%	Redução de 1,65%	Aumento de 1,70%
Expectativa de vida		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
		Redução de 3,37%	Aumento de 3,39%

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial. Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

26. Patrimônio líquido – (a) Práticas contábeis: (i) Capital social: É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido. **(ii) Reemissão de ações (ações em tesouraria)** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são reemitidas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **(iii) Distribuição de dividendos:** É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os titulares de ações preferenciais classe B de emissão da Companhia têm prioridade na distribuição de dividendo mínimo de 6% ao ano, calculado sobre o valor representativo dessas ações, não inferior ao mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social, de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório após as deduções legais, somente é provisionado na data de aprovação, pelos acionistas, em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos. **(iv) Lucro (prejuízo) básico por ação:** É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro (prejuízo) por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros. A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro (prejuízo) por ação. **(v) Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(vi) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia recebe, no Brasil, benefícios oriundos de programas estaduais de incentivo fiscal para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo: Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a: Benefícios de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativo a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento ou diferimento do pagamento dos tributos e na redução dos tributos devidos. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos da redução dos impostos são estabelecidos em cada programa. A redução do valor do ICMS devido é registrada no resultado do período de apuração do imposto ou quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais para receber o benefício. Os incentivos fiscais da Companhia vencem no período de 2021 a 2032. Os benefícios de ICMS totalizaram R\$ 112.482 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 115.889) registrado na rubrica de “Outras receitas operacionais, líquidas”.

... continuação

líquidas" (Nota 30). Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais com cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2028. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas. Os benefícios fiscais do imposto de renda totalizaram R\$ 31.074 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 26.054) registrados na despesa na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social". A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **(vii) Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial incluem: • Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria. • Outros componentes do resultado abrangente das investidas. **(b) Capital social:** Em 29 de agosto de 2019, a Companhia obteve a liberação de recursos investidos no FINOR. Os valores foram convertidos em ações subscritas do FINOR, sendo 19.731 ações preferências classe B, no montante de R\$ 1.277, referente a ações da própria Companhia e mantidas em tesouraria. Em 30 de abril de 2021, a Companhia cancelou essas ações preferências classe B, sem redução do capital social. Tal cancelamento foi compensado contra "Reserva de incentivos fiscais", rubrica essa que foi contabilizada a opção de constituição do incentivo FINOR. Em junho de 2020, a Companhia obteve a liberação no montante de R\$ 8.348 em recursos investidos no FINOR, cujos valores anteriormente investidos foram convertidos em 112.192 ações preferências classe B subscritas pelo FINOR e transferidas ao Banco Votorantim S.A., sucessor legal, por incorporação, da BV Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, que passou a ser acionista da Companhia. Em outubro de 2020, a Companhia adquiriu referidas ações detidas pelo Banco Votorantim S.A., conforme Nota A3.6 na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2020. Em 30 de abril de 2021, a Companhia promoveu o aumento do seu capital social no montante de R\$ 117.582 mediante a capitalização de reservas, sem emissão de ações. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 335.906 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 218.324), composto por 17.294.725 ações ordinárias e 5.641.689 ações preferências (6.086 da classe "A" e 5.635.603 da classe "B") (31 de dezembro de 2020 – 17.294.725 ações ordinárias e 5.661.420 ações preferências). **(c) Dividendos e reserva legal:** O cálculo dos dividendos é assim demonstrado:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	385.085	237.552
Reserva legal – 5% (até o limite de 20% sobre o capital social) (i)	(19.254)	
Dividendos prioritários ações preferências classe B (6% ao ano sobre o valor representativo das ações preferências classe B)	(33.741)	(28.654)
Reserva para incentivos fiscais	(143.555)	(141.943)
Base de cálculo dos dividendos	188.535	66.955
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto	47.134	16.739
Quantidade total de ações	22.936.414	22.956.145
Dividendos por ação – R\$	2,05	0,73
(i) No exercício de 2020, em consequência da redução de capital social em 31 de dezembro de 2020, o saldo da reserva legal ficou superior ao limite de 20% do valor do capital social da Companhia, conforme estabelece o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em atendimento ao § 2º do mesmo artigo 193, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 30 de abril de 2021, deliberou sobre a integralização do saldo da reserva legal excedente ao estabelecido em lei, por meio de aumento de capital no montante de 117.582, conforme determinado pela regulamentação aplicável e conforme Nota 26 (b). O resumo dos dividendos pagos no período é assim demonstrado:		

	2021
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto	(47.134)
Dividendos prioritários ações preferências classe B distribuídos ao longo de 2021 (6% ao ano sobre o valor representativo das ações preferências classe B)	(33.741)
Dividendos intercalares sobre o resultado do exercício corrente	(139.663)
Dividendos sobre a reserva de exercícios anteriores	(164.103)
Total de dividendos deliberados durante o exercício	(384.641)

	Perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria		Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo	Outros componentes do resultado abrangente	Total
	de aposen-tadoria	avaliadas a valor justo			
Em 1º de janeiro de 2020	394			(122)	272
Remensurações de perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(279)				(279)
Tributos diferidos – Nota 22 (c)	95	(8.084)			(7.989)
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo		23.774			23.774
Em 31 de dezembro de 2020	210	15.690	(122)		15.778
Em 1º de janeiro de 2021	210	15.690	(122)		15.778
Remensurações de perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	(76)				(76)
Tributos diferidos – Nota 22 (c)	(82)	5.856			5.774
Risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo		(17.224)			(17.224)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas				(584)	(584)
Em 31 de dezembro de 2021	52	4.322	(706)		3.668

Diretoria	
Oswaldo Ayres Filho Diretor Presidente	Bianca Nasser Patrocínio Diretor Vice Presidente
Hugo Sogayar Armelin Diretor	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Avaliamos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim Cimentos N/NE S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos N/NE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras em um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA – Provisões e passivos contingentes (Nota explicativa 23):** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, civis, ambientais e trabalhistas em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perdas foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas da Administração sofram alterações significativas. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Em

27. Receita de contratos com clientes – (a) Práticas contábeis: A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato e/ou qualquer acordo para que a Companhia satisfaça uma obrigação de performance; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas e o controle sobre os bens ou serviços sejam transferidos para a contraparte; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados, na competência da entrega dos produtos e serviços prestados aos seus clientes ou quanto a titularidade e os riscos e benefícios são transferidos ao cliente: (i) Contratos com clientes relacionados a venda de cimento e agregados tem como obrigação de performance a entrega dos produtos de acordo com certas especificações técnicas estabelecidas em contrato. Dessa forma, o reconhecimento da receita destes produtos ocorre no momento que a obrigação de performance é cumprida, na entrega do produto ao cliente conforme as especificações estabelecidas no contrato; (ii) Serviços de concretagem estão atrelados ao cumprimento dos níveis de resistência do concreto especificados no contrato. Se o serviço de um mesmo contrato é prestado em diferentes períodos, a receita é reconhecida proporcionalmente ao serviço prestado no período corrente. A receita deve ser reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita, sendo que o serviço de concretagem apresenta duas obrigações de performance: (1) a prestação do serviço, e (2) a confirmação quanto ao cumprimento da resistência contratada. Frequentemente, a competência em que as duas obrigações de performance são cumpridas é a mesma. Um ativo de contrato é reconhecido quando é realizada a transferência dos bens e serviços ao cliente antes que ocorra o recebimento da consideração prometida. Os ativos de contrato são reconhecidos no grupo de Contas a receber (Nota 11) e sua recuperabilidade é avaliada conforme as políticas de provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa. Um passivo de contrato é reconhecido quando a Companhia tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as considerações referidas. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das considerações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade, em contrapartida ao grupo de Receita. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes. Para alguns contratos com clientes são reconhecidos passivos de contratos em decorrência de *rebates* negociados, que são liquidados na forma de produtos a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes – quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. Os passivos de contratos são reconhecidos de acordo com a estimativa do montante que a entidade espera pagar ao cliente, com base em informações históricas. O valor da receita não será considerado mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

	2021	2020
(b) Composição		
Receita bruta		
Venda de produtos e serviços mercado interno	3.483.976	2.907.311
Venda de produtos e serviços mercado externo	12.550	18.993
	3.496.526	2.926.304
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(909.081)	(754.935)
Receita de contratos com clientes	<u>2.587.445</u>	<u>2.171.369</u>
28. Abertura de despesas por natureza	2021	2020
Frete	464.969	381.909
Insumos e materiais de consumo	389.401	348.350
Combustíveis	308.403	200.063
Salários, encargos e benefícios (Nota 29 (b))	210.760	197.348
Energia elétrica	102.950	170.629
Depreciação, amortização e exaustão	172.127	162.693
Manutenção e conservação	153.552	137.394
Despesa de serviços diversos	102.704	92.880
Embalagens	81.111	70.798
Despesas comerciais e marketing	2.978	14.896
Aluguéis e arrendamentos	9.053	7.324
Impostos, taxas e contribuições	2.781	4.487
Utilidades	2.987	2.716
Outros	37.234	7.378
	<u>2.041.010</u>	<u>1.798.865</u>
Reconciliação		
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	1.881.384	1.639.209
Despesas com vendas	91.197	95.956
Despesas gerais e administrativas	68.429	63.700
	<u>2.041.010</u>	<u>1.798.865</u>

29. Despesas com benefícios a empregados – (a) Práticas contábeis: Provisões são registradas para a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefícios a empregados", na rubrica remuneração direta, conforme quadro abaixo.

	2021	2020
Remuneração direta	101.727	100.581
Encargos sociais	57.583	50.907
Benefícios	51.336	45.747
Plano de aposentadoria e plano de pensão (Nota 25 (b))	114	113
	<u>210.760</u>	<u>197.348</u>

	2021	2020
30. Outras receitas operacionais, líquidas	112.482	115.889
Benefícios fiscais – investimento	2.246	2.410
Receita de processamento	2.262	2.843
Ganho líquido na venda de sucata	759	13.614
Recuperação de tributos		200
Reversão líquida de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	(267)	(2.093)
Realização do instrumento financeiro – compromisso firme	(539)	(4.025)
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	(824)	(762)
Gastos com projetos	(1.475)	
Provisão com despesas de escória	(2.513)	
Provisões com <i>impairment</i> de créditos tributários	(2.252)	
Provisão para obsolescência em estoque	(3.819)	(7.404)
Provisões judiciais	(6.452)	(31.118)
Provisão de renegociação contratual	(7.500)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(13.352)</u>	<u>2.442</u>
	<u>78.756</u>	<u>91.996</u>

31. Resultado financeiro líquido – (a) Práticas contábeis: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); e • Reclassificações de ganhos/perdas líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. O Grupo classifica os juros pagos e os custos da recompra de títulos como fluxo caixa das atividades operacionais.

	2021	2020
(b) Composição		
Receitas financeiras		
Reversão de atualização de provisões	37.886	628
Instrumentos financeiros derivativos	30.880	145.487
Valor justo dos empréstimos e financiamentos (Nota 20 (d))	17.711	17.167
Juros sobre operações de partes relacionadas (Nota 14 (c))	12.704	5.714
Juros sobre ativos financeiros (i)	11.568	12.574
Atualização monetária sobre ativos	3.241	3.801
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.388	5.764
Descontos obtidos	116	45
	<u>115.494</u>	<u>191.180</u>

	2021	2020
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária – Concessão	(120.603)	(132.378)
Capitalização de juros sobre empréstimos (Nota 17 (c))	5.284	2.553
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(59.065)	(39.547)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos líquida de reversões	(55.916)	(27.042)
Instrumentos financeiros derivativos	(22.065)	
Valor justo dos empréstimos e financiamentos (Nota 20 (d))	(21.803)	(20.111)
Ajuste a valor presente – CPC 12	(7.013)	(14.276)
Despesas de captação	(3.635)	(3.480)
Despesas com fiança	(2.553)	(329)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(1.388)	(2.290)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.202)	(1.130)
Juros sobre impostos a pagar	(460)	(67)
Juros sobre operações de partes relacionadas (Nota 14 (c))		(19)
Outras despesas financeiras	(14.511)	(6.788)
	<u>(304.930)</u>	<u>(244.904)</u>
Variações cambiais, líquidas	<u>(40.281)</u>	<u>(143.772)</u>
	<u>(229.717)</u>	<u>(197.496)</u>

32. Seguros – A Companhia mantém seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil, dentre outros, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na produção, danos a terceiros, patrimônio e responsabilidade civil dos executivos e diretores. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites considerados pela Administração adequados ao porte e riscos inerentes a natureza da sua atividade.


33. Compromissos de longo prazo – A Companhia possui diversos contratos para aquisição de insumos utilizados na produção de cimento em substituição parcial ao clínquer, contratos com usinas térmicas para cinzas de carvão com siderúrgicas para escória de alto forno e com produtores de ferro-ligas para escórias metalúrgicas e contratos para a destinação e fornecimento de materiais energéticos tais como biomassas, resíduos industriais e pneumáticos inservíveis, com o propósito de substituição do combustível principal coque de petróleo. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo deles com término em 2035. Para complementar o suprimento de energia elétrica proveniente das usinas hidrelétricas próprias, a Companhia possui contratos de compra de energia de longo prazo com terceiros e partes relacionadas, garantindo assim sua necessidade de energia.

34. Eventos subsequentes – Em 29 de março de 2022, a Companhia realizou mais um desembolso junto ao Banco do Nordeste, no valor de R\$ 4.065, referente ao contrato de empréstimo firmado com o Banco, em 18 de março de 2020. Os recursos estão sendo liberados de acordo com a comprovação de gastos do projeto e, até o momento, foram liberados R\$ 79.604 do total de R\$ 85.574 contratado.

Contador	
Joarez Baída CRC PR 048.327/O-7 "S" PE	

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 1 de abril de 2022

 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 000.160/O-5	Carlos Eduardo Guaráná Mendonça CRC 1SP 196.994/O-2
---	---

Publicidade Legal - 05 de abril de 2022 - VOTORANTIN BALANÇO pdf

Código do documento c0ab6f1b-03c7-4737-aa90-9bb361fc791e



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

05 Apr 2022, 00:33:41

Documento c0ab6f1b-03c7-4737-aa90-9bb361fc791e **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-05T00:33:41-03:00

05 Apr 2022, 00:33:55

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-05T00:33:55-03:00

05 Apr 2022, 00:34:24

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 179.181.49.216 (179.181.49.216 porta: 35936). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-04-05T00:34:24-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b51762b9ec1908121609a87a49e0fb93d7459bde85345dac1a3ac74d503b34b9
(SHA512):e8eb189cbe998e25baf1819e0495b6af806658b0f7c3a4ee58cc74841b251850603f31fe8e1791374dc7f5cea5880d14f802538e04f49efb8e45db1429fcc7f2

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign